

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

avras Diplomática

No grego clássico,

avra διπλόζ (dupl

reto um folio com

om estatuto de doc

de Média, o termo

Diplomática, História da

A História Diplomática acompanha a evolução da própria Diplomacia e está na origem da profunda modificação que o séc. XIX trouxe ao campo historiográfico. Krzysztof Pomian (“L’histoire de la science...”, 1975, pp. 935-952) considera-o mesmo a *belle époque* da História, um tempo em que era considerada «ciência», não uma ciência qualquer, mas sim uma das ciências fundamentais do espírito, um modelo de objectividade que descrevia o que «realmente» se passou. Mas já nos finais do século, filósofos, sociólogos e mesmo historiadores explicavam que as noções até então consideradas evidentes e que serviam de base às pretensões «científicas» da História – os factos dados como estabelecidos de «uma vez por todas», as «leis» de desenvolvimento e de progresso – não passavam de um puro engano, de uma ingenuidade ou mesmo de um logro. De qualquer forma, esta evolução não significa o abandono da concepção de uma História científica, nem invalida o contributo da História Diplomática desenvolvida no séc. XIX para o aparato crítico e documental da História enquanto disciplina.

Na origem das palavras Diplomática e Diplomacia está o substantivo diploma e, com ele, a ambiguidade dos termos. No grego clássico, δίπλοή significa duplicidade e o substantivo neutro δίπλωμα formou-se a partir da palavra διπλόζ (duplo, que se dobra em dois) com o sufixo μα (que assinala um objeto), neste caso concreto um folio com frente e verso ou dobrado em dois, frequentemente uma autorização de viagem, com estatuto de documento oficial na medida em que conferia certas facilidades ao seu possuidor. Na Idade Média, o termo passou a aplicar-se aos documentos solenes das chancelarias régias, especialmente os que diziam respeito aos acordos celebrados entre os soberanos.

Foi, pois, o produto da negociação diplomática – o tratado consignado através da assinatura de um escrito protocolar – que estabeleceu a relação entre as palavras diploma e diplomacia. Mas os conceitos não devem confundir-se, ficando claramente definidos no início do séc. XIX. Antes dessa época, as diversas línguas europeias utilizavam o vocábulo «negociação» para designar a actividade diplomática propriamente dita. O Pe Rafael Bluteau definiu-o como «ocupação política», no sentido de «tratar os negócios, interesses e conveniências do Príncipe ou da República» (*Vocabulário Portuguez e Latino*, 1716). Publicado também no mesmo ano, o manual de François de Callières, um experiente diplomata em fim de «carreira», apresentava um elucidativo título: *De la maniere de negotier avec les Souverains*. O agente da política externa era um *negotiateur*



e a diplomacia, a arte da negociação, que encontra no francês a língua franca que substituiu o latim. Algumas décadas mais tarde, o *Diccionario da Lingua Portuguesa*, (Morais da Silva, 1789) distingue o «negociador» (aquele que trata da negociação política) do «negociante» (o comerciante, o homem de negócio) e define as palavras «diploma» como «despacho, carta, patente, bulla, edicto, mandado, que leva selo de armas do Soberano» e «diplomático», distinguindo o adjetivo quanto à sua aplicação a «diploma» da sua referência à expressão «corpo diplomático», caso em que significa «os ministros estrangeiros que residem como Embaixadores, Enviados, Plenipotenciários, etc.». Torna-se, pois, evidente que, então, já existia a noção de um grupo profissional com as funções específicas de condução das negociações entre os Estados, orientadas no sentido de conciliar os conflitos sem recurso à força. Este instrumento da política externa do soberano exigiu a organização de um específico e complexo ramo da administração, que em Portugal só se destacou dos restantes assuntos de Estado com a reforma das secretarias levada a cabo por D. João V (1736) e a definição de um conjunto de privilégios para os agentes diplomáticos.

Terá sido nos finais do séc. XVIII que se generalizou o termo «diplomacia», provavelmente divulgado através das cartas de Edmund Burke sobre a Revolução Francesa (*Letters on a Regicide Peace*, 1796). Opunha-se às tentativas de paz com o Directório, conduzidas por William Pitt, utilizando a expressão *double diplomacy*. Em 1797, a palavra entrou definitivamente no dicionário da Academia Francesa para designar a «ciência das relações externas», a qual tem por base os diplomas ou «actos escritos», emanados pelos soberanos, distinguindo-se, claramente, de Diplomática, cujo objecto se limita à determinação da autenticidade dos documentos. De qualquer forma, no início do séc. XIX, o termo Diplomacia aparece, claramente, no título da obra *Histoire Générale et Raisonnée de la Diplomatie Française*, publicada entre 1808-1811. Para o seu autor – Gaëtan de Raxi de Flassan (1760-1845), à data chefe de gabinete de Talleyrand e nomeado historiógrafo do Ministério dos Negócios Estrangeiros por Luís XVIII, depois do Congresso de Viena (1815) – «a Diplomacia é a expressão que desde há um certo número de anos designa a ciência das relações externas, tendo por base os diplomas ou actos escritos providos dos soberanos», com a vantagem de designar com precisão o seu carácter instrumental e com um papel intermediário nas relações do centro de decisão com os outros Estados. Segundo o autor, a sua força provinha do facto de conter tudo o que era suscetível de assegurar a paz e provocar a guerra e a sua origem, abstraindo das formas, remontava à primeira reunião dos homens em corpo nacional, desde que tiveram propriedades para defender, vizinhos a recear, amigos a proteger, satisfações a exigir.

De acordo com Charles de Martens (*Guide Diplomatique...*, 1832) do ponto de vista teórico, a Diplomacia «baseia-se em preceitos mais ou menos positivos e num objeto preciso e distinto, o de regularizar as relações que existem ou devem existir entre os diversos Estados, ordenando e dirigindo as negociações políticas». Quanto à expressão «diplomata», que entra no vocabulário político por volta de 1830, encontra-se ausente da Acta final do Congresso de Viena (1815), que ao regulamentar, pela primeira vez, a hierarquia protocolar que rege as relações internacionais (Anexo XVII) usa as expressões *Agens Diplomatiques* ou *Employés Diplomatiques* e também ainda não aparece na 4.ª edição do Dicionário de Morais Silva (1831), que se limita a



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

distinguir «a Arte ou Sciencia diplomática, de entender os diplomas, e documentos públicos antigos» da «Sciencia dos negociadores políticos, e suas etiquetas, e cerimónias, tudo o que é de officio, estilos e usos do Corpo Diplomático».

Assim como a História Diplomática acompanha a evolução da própria Diplomacia, também o desenvolvimento da Diplomacia acompanha os avanços da própria História. Enquanto a sistematização das relações diplomáticas começou a ser esboçada entre as cidades-Estado italianas do séc. XV, o Renascimento assinalou a ideia de uma História nova, global e cada vez mais perfeita graças aos progressos do método e da crítica. No entanto, a atitude foi dupla e ambígua. Por um lado, encontrava-se o sentido da diferença e da relatividade das civilizações, por outro, a busca de exemplos e de lições negavam a própria História ao fazer dela uma *magistra vitae*.

No séc. XVII, o congresso de Vestefália (1644-48) inaugurou o sistema internacional moderno com o princípio de soberania estatal e assistimos à definição das grandes linhas da vida internacional, que se mantiveram até ao segundo choque colonial no século XIX. A Diplomacia ultrapassa a sua habitual prática bilateral para se tornar multilateral quando se tratava da resolução dos grandes conflitos europeus e as embaixadas vão adquirindo uma maior permanência. No seu *Testament Politique* (1.^a ed., Amesterdão, 1688), Richelieu aconselhava a negociações incessantes, abertas ou secretas, sempre e em toda a parte, mesmo que não houvesse imediatos benefícios e apesar de serem ainda obscuros os que se podiam esperar no futuro. Por sua vez, a História encontrava na obra do beneditino Jean Mabillon (*De Re Diplomática*, 1681) um método baseado no recurso aos documentos originais (diplomas), distinguindo as peças falsas das autênticas. A fundação da Diplomática científica libertava a História para a busca da verdade e do aprofundamento das suas regras, baseadas nos testemunhos dos acontecimentos. Mas, apesar da novidade da crítica histórica e filológica, os eruditos do século XVII acabaram por ter uma concepção de verdade meramente material. Tratava-se de estabelecer textos e factos, apagando-se o historiador atrás dos materiais meticulosamente acumulados, na tomada de consciência de uma realidade histórica não dada, mas sim objecto de «inquérito», com a finalidade de uma difícil reconstituição.

Ao mesmo tempo, a «arte da negociação» aprofundava-se, surgindo os primeiros manuais que ultrapassavam os lugares comuns da maioria das obras sobre o «perfeito embaixador», nomeadamente as *Memoires Touchant les Ambassadeurs et les Ministres Publics* (1676), de Abraham Wicquefort, e as primeiras compilações de documentos das chancelarias régias como o monumental *Corps Universel Diplomatique du Droit Gens* (1726-1739), de Jean Dumont e completado por Rousset de Missy, reunindo os tratados europeus de 315 a 1730.

O século das Luzes teve uma atitude ambígua perante a História. Se, por um lado, o racionalismo dos filósofos trouxe inegáveis progressos ao espírito crítico, principalmente o *Essai sur les moeurs et l'esprit des nations*, de Voltaire, por outro, essa História filosófica negou a própria História ao fazer dela uma arma contra o fanatismo e um território de confronto ideológico.

Com a Revolução e sob a influência do romantismo e do nacionalismo, a Europa conheceu um notável surto



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

de estudos que passou a interessar-se pelas fontes arquivistas concentradas em grandes depósitos, que o princípio da publicitação dos arquivos de Estado como pertença da Nação tornava acessíveis ao público. A possibilidade da sua consulta para documentos anteriores a 1858 – data seguida pela generalidade dos países – transformou-os, de simples repositórios administrativos e burocráticos, em inesgotável campo de estudos históricos. O próprio papa Leão XIII acabou também por abrir o *Archivio segreto Vaticano* (1881).

Instituições como a *École des Chartes* (Paris, 1821), o *Institut für Oesterreichische Geschichtsforschung* (Viena, 1854), a *Escuela de diplomática* (Madrid, 1856) ou a *Scuola di Paleografia e Diplomática* (Florença, 1857) orientaram, definitivamente, a organização dos arquivos. Desenvolvia-se uma História erudita, que encontrava o seu primeiro modelo na Prússia, com colecções de grande prestígio como os *Monumenta Germaniae Historiae* (publicados a partir de 1826) e com a aliança – na Universidade Humboldt de Berlim (1810) – da investigação e do ensino sob a forma de *seminário*, modelo que contribuiu para assegurar o esforço e a continuidade da investigação histórica.

Em França, a abertura dos arquivos de Estado após a Revolução chamou a atenção para a importância das relações internacionais nos futuros nacionais. O método histórico tornou-se cada vez mais exigente, enveredando decisivamente pela preocupação de uma base científica de rigor, apoiada no conhecimento e crítica dos textos. Guizot – que para além de historiador foi também embaixador e ministro – deu início a uma colecção de *Documentos Inéditos sobre a História de França* (1834). Obras como a *Histoire générale de la diplomatie européenne* (1854) de François Combes, sobre a formação do equilíbrio europeu, dos tratados de Vestefália ao dos Pirenéus ou o *Étude sur l'Histoire Diplomatique de l'Europe de 1648 à 1791* (1880) do antigo diplomata Conde de Barral, juntamente com a fundação da *École Pratique des Hautes Études* (1868), as compilações documentais como o *Recueil des instructions données aux ambassadeurs et ministres de France...* (publicada, a partir de 1883, sob os auspícios da *Commission des Archives diplomatiques* do Ministério dos Negócios Estrangeiros) e a criação de revistas como a *Revue d'Histoire diplomatique* (1887), mesmo que não passassem ainda do simples nível descritivo, contribuíram para a tomada de consciência da importância das relações internacionais nos futuros nacionais.

A publicação da *Histoire Diplomatique de la guerre franco-allemande* (2 vols., 1875) de Albert Sorel marcou, decisivamente, a História Diplomática dita científica porque apoiada no conhecimento e na crítica dos textos, embora com uma concepção centrada no relacionamento entre Estados e baseada na ideia de interesse nacional, qualquer que fosse a ideologia do governo. Este realismo normativo, com o primado atribuído ao político e à centralidade do Estado, produziu uma história que privilegiava o acontecimento, os grandes homens e as negociações entre as chancelarias, criando um paradigma em que predominava, frequentemente, um discurso legitimador e patriótico. A *Introduction aux études historiques* de Langlois e Seignobos (1898) definiu as regras do método, sem conseguir ultrapassar o paradoxo: por um lado, um inegável progresso científico em termos de rigor; por outro, uma limitação do campo de ação do historiador, privilegiando o acontecimento, a superfície do passado.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

No caso da historiografia portuguesa, a publicação dos trabalhos monumentais e pioneiros do 2.º Visconde de Santarém, continuados por Rebelo da Silva, forneceram a base documental imprescindível para a análise da diplomacia nacional. Diplomata e Guarda-mor da Torre do Tombo, definitivamente exilado em França, na sequência da vitória dos Liberais, aí teve acesso a abundante material e continuou os seus trabalhos históricos, dando à estampa o *Quadro elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal* (15 Vols., 1842-1854) e o *Corpo Diplomático Português*, Vol. I (1846), com as relações entre Portugal e Espanha, de 1168 a 1383. Tratava-se, segundo o autor, de «bem saber a importante ciência de negociar», relacionando as decisões políticas concretizadas através dos tratados não só com as negociações que os preparavam como, também, com a estatística física, moral, comercial, e política de cada potência a que pertenciam. Porém, os seus continuadores divergiram entre os que preferiam a transcrição dos documentos na íntegra e aqueles que defendiam o seu extracto resumido, com o argumento seguido pelo próprio Visconde de Santarém de que essa opção permitiria uma recolha mais rápida e uma maior divulgação das fontes. O resultado foi a morosa e incompleta publicação do *Corpo Diplomático Português* (1862-1959), reiniciada por Rebelo da Silva. Os 15 volumes editados referem-se às relações entre Portugal e a Cúria Romana, do reinado de D. Manuel à regência do futuro D. Pedro II.

À semelhança das grandes colecções documentais que se iam publicando na Alemanha, França, Inglaterra e outros países, a Academia das Ciências de Lisboa encarregou Alexandre Herculano do projecto de recolha dos *Portugaliae Monumenta Historica*, cuja edição se iniciou em 1856. Dez anos mais tarde, o 3.º e curto governo de Joaquim António de Aguiar (4 de setembro de 1865 até 4 de janeiro de 1868) incumbiu Luz Soriano de escrever a *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal*. O trabalho, em 17 volumes, ficou concluído em 1884, revestindo-se de especial importância graças aos numerosos e significativos documentos que apresenta.

A necessidade de reorganização das fontes foi também sentida por António Ferrão que, inspirado pela visita que realizara aos Arquivos históricos do Ministério dos Negócios Estrangeiros de França, publicou as suas reflexões acerca *Da importância dos documentos diplomáticos em História* (1917) e apresentou à Academia das Ciências uma proposta que apelava à organização, inventariação e catalogação, em bases uniformes, dos arquivos históricos de Portugal: Torre do Tombo, Biblioteca Nacional, Biblioteca da Ajuda e Ministério dos Negócios Estrangeiros. Seguindo o exemplo francês, exortava à publicação das instruções, correspondência oficial e memórias dos diplomatas, nomeadamente aqueles que, das primeiras embaixadas da Restauração a meados do século XVIII, em seu entender, melhor representaram a política externa portuguesa. Um périplo através dos arquivos diplomáticos estrangeiros – França, Inglaterra, Itália, Vaticano, Bélgica, Holanda, Alemanha, Áustria-Hungria e Espanha – permitiu-lhe dar conta do trabalho realizado em termos da organização desses serviços e da publicação das suas peças, que desejava ver seguir também em Portugal. Indignava-o, especialmente, o alheamento português face à abertura dos arquivos do Vaticano, onde já funcionavam missões e institutos oficiais de várias nacionalidades.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Apesar das colecções de Tratados de Judice Bicker (1881-87), de Borges de Castro (1890-1921) e da Academia das Ciências de Lisboa, que continuaram o trabalho do Visconde de Santarém, pouco ou nada se fez quanto a publicação de actas, protocolos, instruções, despachos, relatórios ou correspondência particular dos diplomatas, ao contrário do que aconteceu em França, nomeadamente a já referida iniciativa de publicação das instruções dos embaixadores, cujo volume III é relativo a Portugal, prefaciado e anotado pelo Visconde de Caix de Saint-Aymour (1886). Quarenta anos mais tarde, o embaixador Luiz Teixeira de Sampaio deu conta das colecções do Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros (1926) e *Os Estudos de História Diplomática em Portugal* (1928), de António Ferrão, voltaram a acentuar a importância da publicação dos repositórios documentais e a chamar a atenção para a insuficiência do caminho percorrido.

A ideia de reunir num arquivo único a documentação não utilizada no expediente das repartições diplomáticas só se concretizou em 1950, último ano da segunda gerência da pasta dos negócios Estrangeiros por Caeiro da Mata (Portaria n.º 13152 do MNE). No entanto, ao longo da segunda metade do séc. XIX, já tinham dado entrada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, então no antigo mosteiro e actual palácio de São Bento, várias séries de livros e documentos provenientes da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros. Tratava-se da correspondência dessa repartição e das várias legações de Portugal no estrangeiro, a partir da regência de D. Pedro e da assinatura da paz luso-castelhana (1668). Bastante lacunar para o período anterior ao Terramoto de 1755, devido ao incêndio que consumiu o Paço da Ribeira, essa documentação foi inventariada por Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha (1990), mas a posterior a 1833-34 permaneceu nas próprias instalações do Ministério dos Negócios Estrangeiros. A sua utilização com fins de investigação histórica foi autorizada em 1921, contudo, só em 1965 foi dada possibilidade de acesso a esses fundos e reconhecida a necessidade de garantir serviços de acolhimento ao público. Só após a adesão de Portugal à União Europeia se assistiu a uma maior liberalização do Arquivo Geral do MNE, que passou a chamar-se Arquivo Histórico Diplomático. O seu primeiro regulamento (1987) estipulou um mínimo de 30 anos sobre a data do documento como regra geral de acesso à consulta. Nessa altura, foi também criada a Comissão de Seleção e Desclassificação.

Os arquivos portugueses são riquíssimos e extremamente fecundos, mas dispersos e pouco sistematizados. Refira-se, nomeadamente, que apesar da separação das Secretarias de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1822), parte da documentação permaneceu junta e foi incorporada no núcleo Conselho de Guerra da Torre do Tombo. Aí se encontram também fontes importantes para a história diplomática portuguesa, inventariadas e classificadas (1866-89) pelo Capitão Cláudio de Chaby, obra completada por Madureira dos Santos (1957-68), resultando num catálogo que inclui todos os decretos promulgados pelo Conselho de Guerra, desde a sua criação (11-12-1640) «para tratar das cousas tocantes à guerra» até à sua extinção (1-8-1834).

Outros fundos documentais não devem ser esquecidos. Ainda na Torre do Tombo, temos a *Colecção São Vicente*, constituída pelos documentos oriundos do convento/palácio de Mafra, que formavam o arquivo morto do Estado ou os *Manuscritos da Livraria*, com espécies provenientes da nacionalização dos bens das ordens religiosas, dos jesuítas, do Santo Ofício, da Real Mesa Censória e também de origem particular, sobretudo os



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

que pertenceram ao 2.º Visconde de Santarém e serviram para a elaboração da sua obra. A biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa foi também herdeira das livrarias dos conventos extintos, nomeadamente o fundo proveniente do antigo Convento de Nossa Senhora de Jesus, também conhecido por «Documentos dos Frades», catalogado com a designação de *Série Vermelha*. A Biblioteca da Ajuda possui um valioso depósito de manuscritos composto por 2.439 volumes de códices pertencentes ao antigo Fundo da Coroa, que foi com a família real para o Brasil e voltou em 1821. As secções de «Reservados» da Biblioteca Nacional de Lisboa, da Biblioteca Pública de Évora e da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra dispõem de notáveis fundos relativos às relações de Portugal com as outras potências, nos séculos XVII e XVIII. Finalmente, quanto aos arquivos estrangeiros, existem alguns catálogos dos manuscritos com interesse para a História Diplomática portuguesa: os da Biblioteca Britânica foram inventariados por Frederico Francisco de La Figanière (1853) e pelo Conde de Tovar (1932); Morel-Fatio enumerou os do *Fonds Portugais* da Biblioteca Nacional de França (1892) e Luís Ramalhosa Guerreiro (2000) procedeu ao sumário detalhado desses documentos. Trabalho semelhante foi também realizado por Charles Boxer no que diz respeito aos *State papers* de Portugal (1979-1983), arquivados no *Public Record Office* de Londres, aberto em 1838.

A publicação de fontes acompanhou, em muitos casos, a edição da síntese. Depois dos *Apontamentos para a história diplomática de Portugal desde 1826 até 1834* do conselheiro Félix Pereira de Magalhães (1871), os quatro volumes dos *Apontamentos para a História Diplomática Contemporânea* de António Vianna apresentaram uma notável reorganização de documentos fundamentais para a elaboração de obras posteriores sobre a diplomacia e a política luso-brasileiras, nomeadamente as de Ângelo Pereira, Oliveira Lima ou António Ferrão. Publicados entre 1901 e 1958, abrangem o período 1789 a 1815 (a *Introdução*) e de 1820 a 1828 (os restantes volumes). Também os trabalhos do embaixador Eduardo Brazão (edições de 1932 a 1980) revelaram fontes indispensáveis para o estudo das relações diplomáticas de Portugal, nos séculos XVII e XVIII. Começou pelos factos, completando informações e corrigindo juízos baseados em suposições infundadas antes de se lançar numa grande síntese, que acabou por nunca completar, mas que teve o mérito de chamar a atenção para a história da diplomacia e da política externa portuguesa.

De finais do séc. XIX a meados do séc. XX, a dinâmica das relações bilaterais despertou a atenção do luso-brasileiro Bernardo Teixeira de Moraes Leite Velho, que publicou um *Estudo histórico das Relações Diplomáticas e Políticas entre a França e Portugal* (1895), desde a fundação da monarquia à queda de Napoleão ou de um inglês, Edgar Prestage, com uma série de obras sobre a história diplomática portuguesa, de monografias de carácter biográfico – D. Francisco Manuel de Melo (1914) ou Frei Domingos do Rosário (1926) – às relações com a França, Inglaterra e Holanda (1928) ou com a Suécia (1943), sem esquecer a velha aliança anglo-portuguesa (1936). As vicissitudes desta ancestral ligação mereceram também um estudo do seu compatriota Charles Boxer (1958) e de outros historiadores, nomeadamente, Armando Marques Guedes (1943), Eduardo Brazão (1957), Caetano Beirão (1942), este especificamente sobre as negociações para o casamento de D. Catarina de Bragança com Carlos II, assunto que também interessou Virgínia Rau (1941).



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

A questão da independência portuguesa e das relações diplomáticas da Restauração chamaram a atenção de historiadores estrangeiros. Citem-se, entre outros, Alessandro Ademollo (1878) que estudou a questão da independência portuguesa em Roma, de 1640 a 1670; Jules Tessier (1877), sobre a missão do cavaleiro de Jant e as relações franco-portuguesas no tempo de Mazarino; Henri Lacape (1939), sobre a França e a Restauração de Portugal, Charles Du Bus (1940) sobre a História de Portugal nos manuscritos franceses. Refira-se, também, o Congresso do Mundo Português, realizado entre 1 de Julho e 30 de Novembro de 1940, em estreita ligação com as comemorações do duplo centenário (1140/1640) e com a Exposição do Mundo Português, que reuniu em Portugal estudiosos de vários países. Apesar de fortemente vigiado pelo Estado Novo, permitiu verificar o estado da arte e a internacionalização da comunidade científica nacional.

A História Diplomática não era necessariamente episódica, nem sequer estava condenada a sê-lo, mas dificilmente se libertaria do tempo breve imposto pela crença positivista de que a verdade estava contida na autenticidade documental e se descobria através dos debates nas cortes ou no parlamento, na leitura da correspondência dos embaixadores ou na análise das negociações dos tratados e das alianças. A chamada «grande política» pairava acima das contingências de uma trivialidade bem mais concreta. Já em 1929, Henri Hauser tinha apresentado os primeiros sinais de crítica ao chamar a atenção para as «camadas subjacentes», antecipando a noção de «forças profundas» de Pierre Renouvin (1953), mas serão os historiadores ligados à Escola dos *Annales* que, em França, irão desacreditar a História Diplomática: primeiro, Lucien Febvre, nos difíceis anos da grande depressão; depois da Segunda Guerra Mundial, foi a vez de Fernand Braudel, para quem os grandes acontecimentos políticos da História Diplomática não passavam de «simples agitação de superfície» ou de uma *poussière de faits-divers*.

Ao integrar a História no conjunto das ciências sociais, Lucien Febvre e Marc Bloch tinham chamado a atenção para a importância do estudo dos condicionalismos, factores e ritmos de transformação do comportamento humano, na variável tempo. O paradigma dos *Annales* rejeitava o primado do político, do individual e do cronológico que marcavam a História Diplomática, procurando uma história total das sociedades, onde coubesse uma multiplicidade de novos domínios. Contra o tempo linear e contínuo, Braudel propôs uma pluralidade de tempos históricos. Tratou-se de uma espécie de «revolução cultural», na expressão de Jean-Baptiste Duroselle, que varreu a história política, a história diplomática e a biografia do questionário historiográfico que se considerava inteligente, embora os historiadores americanos, ingleses e alemães tenham continuado a estudar as relações entre os Estados. Contudo, os vínculos dos novos historiadores com o legado anterior é muito maior do que os próprios reconhecem.

A tradução de uma obra dirigida por Vladimir Potiemkine veio a lume, em Paris (1946), sob o título *Histoire de la Diplomatie*. Tratava-se de um estudo das relações internacionais, desde a Antiguidade até 1939, com a finalidade de «contribuir para a compreensão dos problemas da política externa e para a avaliação da acção diplomática» e com a preocupação não expressa – mas bem evidente, sobretudo no volumoso Tomo III, todo ele dedicado ao período de vinte anos entre as duas grandes guerras mundiais – em justificar a política externa



da U.R.S.S. Mas, apesar da notória influência da dialética marxista, a abordagem não deixa de ser, ainda, manifestamente política.

O corte epistemológico que marcou o desejo de ultrapassar a História Diplomática – chamando a atenção para o horizonte demasiadamente restrito das relações entre governos, entre chancelarias e entre diplomatas – para o estudo daquilo que verdadeiramente interessava, as relações entre os povos, foi obra de Pierre Renouvin, com a edição da monumental *Histoire des relations internationales* (8 vols., 1953-1976) e o programático artigo que publicou na *Revue Historique*, que dirigia, «L'Histoire contemporaine des relations internationales...» (1954, pp. 233-255). Há mais de vinte anos que trabalhava sobre a noção de «forças profundas», articulando-a com o quadro do acontecimento. Ao lado das «forças materiais» – condições geográficas, movimentos demográficos, interesses económicos e financeiros – considerava a influência das «forças espirituais» ou das «mentalidades colectivas» no desenvolvimento das relações internacionais, particularmente as correntes de pensamento, o sentimento nacional e os nacionalismos. Os seus estudos e os dos seus discípulos, nomeadamente Jean-Baptiste Duroselle, com quem descreveu e analisou mais detalhadamente estas diferentes «forças profundas» na *Introduction à l'histoire des relations internationales* (1964), marcaram a passagem da História Diplomática tradicional para a História das relações internacionais, recebendo um acolhimento entusiástico na revista *Annales*, numa recensão da autoria de Marc Ferro (1965, pp. 175-178), na qual lembra a importância do contributo de Raymond Aron para a renovação em curso neste domínio.

O contributo de Duroselle foi essencial na medida em que estudou o «homem de Estado», o que o levou a considerar a influência das «forças profundas» no processo de decisão política, através do lugar que o decisor ocupa na sociedade, a qualidade da sua formação, a escolha dos seus conselheiros, as suas redes de sociabilidade e, também, as circunstâncias e o ambiente do momento. Em *Tout empire périmé*. (1981) deu conta do caminho percorrido, que é, no fundo, o resultado de um largo inquérito interdisciplinar, no qual se manifestam, especialmente, os mais recentes contributos da ciência política anglo-saxónica.

O estudo das relações internacionais implica, não apenas a política externa, mas também as relações de carácter privado. Dito de outra maneira, as «forças profundas», cuja evolução deve ser observada na longa duração. Com esse conceito, no sentido do que é colectivo e duradouro, encontrava-se uma fórmula capaz de reconciliar a história estrutural com a meramente factual, a «velha» História Diplomática. No fundo, ao considerarem o contributo da história económica, da história social e da história das mentalidades, estes historiadores aceitaram o essencial da revolução dos *Annales* sem, no entanto, negligenciar a história política, nem subestimar o peso do acontecimento ou o papel do indivíduo.

A personalidade do estadista deu origem a uma das mais importantes obras da historiografia luso-brasileira, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid* (Lisboa, 1950), de Jaime Cortesão, arquitectada a partir dos documentos biográficos e da imensa correspondência sobre as negociações do Tratado de Madrid, dispersa nos Arquivos de Lisboa. Nas palavras do seu autor, aí encontramos «as múltiplas circunstâncias determinantes, os retratos de todos os que intervieram nas negociações e os desencontrados esforços de que resultou o



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

convênio final, tudo ali se depara. E com que surpreendentes revelações sobre o caráter, a cultura dos homens, e a áspera luta dos interesses em jogo». Os estudos de Luís Ferrand de Almeida - desde a sua monumental dissertação de licenciatura (1957) sobre *A diplomacia portuguesa e os limites meridionais do Brasil*, passando pela sua tese de doutoramento sobre *Colónia do Sacramento na época da Sucessão de Espanha* (1973) e numerosas outras publicações – embora partindo das lições da «escola metódica» francesa, abriam-se a temáticas interdisciplinares inspiradas pela escola dos *Annales*.

Os aspectos sociais e económicos, negligenciados pela História Diplomática tradicional, despertaram a atenção dos historiadores para o estudo da sua influência nas relações entre os Estados sem, contudo, negar a autonomia do fenómeno político. No seu trabalho sobre o *Bloqueio Continental* (1962), Jorge Borges de Macedo salientou o interesse em estudar os fenómenos políticos, militares e diplomáticos tendo em conta os dados da história económica e social. Entre os anos 1964-1974 orientou diversas teses de licenciatura, com especial relevo para a diplomacia da Restauração – as relações com Veneza, com a Dinamarca, com a Espanha, com a França, com a Inglaterra – mas também com atenção ao papel do diplomata e ao peso da economia nas decisões políticas.

Nos anos seguintes, o primado sócio-económico característico do paradigma marxista afastou os investigadores portugueses dos fenómenos políticos que, no entanto, vêem surgir duas obras de síntese, ambas em resultado da docência universitária dos autores: a *História Diplomática de Portugal* (1986) de Pedro Soares Martinez e as lições de Jorge Borges de Macedo no Instituto de Defesa Nacional (1987), publicadas sob o título de *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força*. O primeiro considera que o estudo da evolução da comunidade portuguesa dificilmente se poderá fazer sem a sua integração nos quadros da vida internacional, atribuindo à História Diplomática um papel fundamental através das suas fontes e das possibilidades metodológicas de uma indagação personalizada, que ultrapassa uma perspectiva meramente sociológica para abarcar a visão pessoal dos interesses e o problema da decisão política. O segundo considerou a diplomacia portuguesa numa perspectiva geopolítica, partindo do conceito de «nação situada» como indicador para uma história comparada quanto às condições e formas de sobrevivência dos pequenos Estados. Ligou a política externa à História da sociedade como um todo e chamou a atenção para as elites e para o problema da decisão política perante as condições internacionais, as possibilidades internas de defesa e a capacidade colectiva de coesão e independência nacional. Também José Calvet de Magalhães, um experiente diplomata, publicou uma *Breve História Diplomática de Portugal* (1990).

As ferramentas empírico-descritivas da historiografia tradicional, o relevo atribuído ao Estado e às relações de poder manifestavam-se insuficientes para captar todos os aspectos do real e também as forças do irracional e do imaginário presentes nos processos de decisão. A Ciência Política e a Antropologia Histórica deram os primeiros sinais de renovação. Por um lado, perante a mundialização deparamo-nos com a tendência para a desvalorização da autonomia do Estado. Numa perspectiva sociológica, parte-se da base, analisando as práticas e os repertórios simbólicos da violência. Do ponto de vista de certas correntes transnacionalistas, evidencia-se



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

a constituição e a acção dos fluxos económicos ou dos movimentos ideológicos para além do Estado. Por outro lado, a Antropologia Histórica também contribui para uma reavaliação da acção política. Então, a diplomacia pode ser interpretada como uma prática ritual, inscrita num sistema destinado a dar sentido à relação entre os Estados. Sem negar a centralidade do Estado na História diplomática e das relações internacionais, fica claro que, embora essencial, não é o único actor. Aliás, longe de ser homogéneo, tem subjacente toda uma série de interacções realizadas pelas sociedades.

A História Diplomática tradicional, tal como nasceu no séc. XIX, baseada na crítica textual e na recolha de documentos manuscritos provenientes das chancelarias régias para reconstituir os acontecimentos, não dispõe de ferramentas metodológicas para o estudo da história das relações internacionais vistas como o conjunto das conexões que os grupos humanos estabelecem entre si através das fronteiras políticas. Quer isso dizer que a vertente marcadamente política da História Diplomática faz dela uma disciplina à parte, incluída no estudo mais amplo das relações internacionais?

Robert Frank sucedeu a Pierre Renouvin, Jean-Baptiste Duroselle e René Girault, com quem colaborou na *Histoire des relations internationales contemporaines* (1988, 1993), enquanto os estudos de Lucien Bély contribuíram para lançar novas perspetivas sobre as relações internacionais e a diplomacia nos séculos XVII e XVIII. Jeremy Black (2010) também se interessou pelos antecedentes histórico-culturais da diplomacia, na passagem do sistema de negociação das cortes europeias para o aumento e progressão de múltiplos interesses globais e estabelecimento do modelo actual de embaixadas. Em Portugal, as questões que se prendem com os processos de negociação e os rituais protocolares têm despertado o interesse de numerosos investigadores, sem esquecer temas recorrentes da História Diplomática portuguesa como a definição de fronteiras na Idade Média, as relações com a Santa Sé, com os Estados Unidos, com a Rússia ou com Espanha, a aliança inglesa, a Restauração, o período das invasões francesas, a 1.ª República e a entrada de Portugal na Grande Guerra, o Estado Novo e a neutralidade portuguesa durante a 2.ª Guerra Mundial ou o problema do colonialismo e da guerra colonial.

O projecto de investigação *Optima Pars – As Elites da Sociedade Portuguesa do Antigo Regime* chamou a atenção para o perfil social dos diplomatas, natureza das suas funções e tipos de missão que desempenharam. Tem-se assistido a um renovado interesse pelo homem de Estado, pelo ideário político das elites e pela diplomacia, temas centrais de diversas teses de mestrado e doutoramento. Também se verifica um retomar, embora tímido, da publicação de fontes.

A história das relações internacionais tem uma ambição que ultrapassa a própria História ao trazer elementos de compreensão únicos para a complexidade dos problemas de relacionamento entre os povos. Uma nova História Diplomática, com consciência dos seus limites, pode continuar a desempenhar um papel importante, tanto pelos seus notáveis instrumentos de trabalho, como pelas novas direcções da pesquisa que, ultrapassando o nível descritivo-explicativo da História Diplomática e da História Militar tradicionais, se interessam pelo processo estatal de tomada de decisão, sem esquecer o contexto económico e social das lutas políticas e da



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

política internacional, a importância relativa das forças profundas, as formas diversificadas de mentalidade, os problemas de comunicação, o pessoal, a estrutura e o funcionamento das instituições.

Bibliografia: AAVV, *Nouvelle Histoire des Relations Internationales*, 6 Vols., Paris, Éditions du Seuil, 2003; BARRAL, Comte de, *Étude sur l'Histoire Diplomatique de l'Europe de 1648 à 1791*, Paris, E. Plon et Cie, 1880; BÉLY, Lucien, *L'art de la paix en Europe. Naissance de la diplomatie moderne XVIe-XVIIIe siècle*, Paris, PUF, 2007. Id., *Les relations internationales en Europe. XVIIe-XVIIIe siècles*, 3.^a ed., Paris, PUF, 2001; BLACK, Jeremy, *A History of Diplomacy*, Reaktion Books, Londres, 2010; BRANDÃO, Fernando de Castro, *Para uma Bibliografia da História Diplomática Portuguesa*, Lisboa, MNE, 1989; Id., *Sinopse Cronológica da História Diplomática Portuguesa*, Lisboa, MNE, 1984; BRAZÃO, Eduardo, *História Diplomática de Portugal*, 2 Vols., Lisboa, Liv. Rodrigues, 1932-1933; Id., *Relance da História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Liv. Civilização Editora, Porto, 1940; BURGUIÈRE, André (org.), *Dictionnaire des Sciences Historiques*, Paris, PUF, 1986; CALLIÈRES, François de, *De la maniere de negotier avec les Souverains. De l'utilité des Negotiations, du choix des Ambassadeurs & des Envoyez, & des qualitez necessaires pour réüssir dans ces emplois*, Bruxelas, Pour la Compagnie, 1716; COMBES, François, *Histoire générale de la diplomatie européenne: histoire de la formation de l'équilibre européen par les traités de Westphalie et des Pyrénées*, Paris, E. Dentu, [1854]; DOLLOT, Louis, *Histoire diplomatique (1814-1914)*, Paris, PUF, 1948; DUROSELLE, Jean-Baptiste, "L'histoire des relations internationales vue par un historien". *Relations internationales*, n.º 83, 1995, pp. 295-306; Id., *Tout empire périra : Théorie des relations internationales*, Paris, Armand Colin, 1992; FERRÃO, António, *Da importância dos documentos diplomáticos em História*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1917; Id., *Os Estudos de História Diplomática em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928; FRANK, Robert, "Penser historiquement les relations internationales". *Afri* [Em linha], vol. IV, 2003. [Consult. Novembro de 2018]. Disponível em WWW: <URL: afri-ct.org/wp-content/uploads/2006/03/frank2003.pdf Id., (dir.), *Pour l'histoire des relations internationales*, Paris, PUF, 2012; HAUSER, Henry, *Histoire diplomatique de l'Europe (1871-1914)*, Paris, PUF, 1929; KISSINGER, Henry, *Diplomacia*, Lisboa, Gradiva, 1996; LE GOFF, Jacques, "«Documento/monumento» e «História»", in *Enciclopédia Einaudi*, vol. I, Lisboa, IN-CM, 1984; MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força*, 2.^a ed., Lisboa, Tribuna da História, 2006; MAGALHÃES, Félix Pereira de, *Apontamentos para a História Diplomática de Portugal desde 1826 até 1834*, Lisboa, Imp. de J. G. de Sousa Neves, 1871; MAGALHÃES, José Calvet de, *Breve História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1990.

MARTINEZ, Pedro Soares, *História Diplomática de Portugal*, 3.^a ed., Lisboa, Almedina, 2010; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, CARDIM, Pedro e CUNHA, Mafalda Soares da (org.), *Optima Pars : Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*, Lisboa, ICS, 2005; OLIVEIRA, Luís Soares de, *História Diplomática. O Período Europeu. 1580-1917*, Lisboa, Ed. Pedro Ferreira, 1994; RENOUVIN, Pierre (dir.), *Histoire des relations internationales*, 8 Vols., Paris, Lib. Hachette, 1953-1958; RENOUVIN, Pierre e DUROSELLE, Jean-Baptiste, *Introduction à l'Histoire des*



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Relations Internationales, 4.^a ed., Paris, Armand Colin, 1991 ; RICHELIEU, *Testament politique ou les Maximes d'Etat*, Daniel Dessert (int.) Paris, Complexe, 1990; TEIXEIRA, Nuno Severiano, "História, Teoria das Relações Internacionais e História das Relações Internacionais. Uma reflexão epistemológica". *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, Lisboa, vol. XI, 2.^a série, Centro de História da Cultura da UNL, 1999; VIANNA, António, *Introdução aos Apontamentos para a História Diplomática Contemporânea. (1789-1815)*, Lisboa, Livraria Ferin, 1907; WICQUEFORT, Abraham von, *Memoires Touchant les Ambassadeurs et les Ministres Publics*, Haia Jean & Daniel Sreucker, 1677.

Ana Maria Leal de Faria